

## AUDIÇÃO PARLAMENTAR – 22 Junho 2010

### POSIÇÃO SOBRE A ENE – 2020

Audição Pública sobre Energia, no contexto do processo de avaliação:

1. da Estratégia Nacional de Energia,
2. do Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis
3. e do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética.

#### “Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)

*Dando sequência às políticas desenvolvidas com sucesso pelo XVII Governo Constitucional, o Programa do XVIII Governo Constitucional coloca as políticas de energia nas suas diversas vertentes como centrais para, num cenário internacional turbulento e em mudança acelerada, reconverter e modernizar a economia portuguesa, promover o crescimento territorialmente equilibrado e criar emprego.*

*A Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020) assenta sobre cinco eixos principais que nela se desenvolvem e detalham, traduzindo uma visão, um conjunto focado de prioridades e um enunciado de medidas que as permitem concretizar.*

***Eixo 1 — A ENE 2020 é uma agenda para a competitividade, o crescimento e a independência energética e financeira que dinamiza os diferentes sectores da economia criando valor e emprego através da aposta em projectos inovadores nas áreas da eficiência energética, das energias renováveis, incluindo a produção descentralizada e da mobilidade eléctrica, num quadro de equilíbrio territorial; promovendo a concorrência nos mercados através da consolidação do mercado ibérico de electricidade (MIBEL), da criação do mercado ibérico do gás natural (MIBGAS) e da regulamentação do sistema petrolífero nacional e contribuindo para a maior independência energética e financeira do nosso país face a choques energéticos externos.”***

**Comentário:** O primeiro Eixo da ENE2020 anuncia a promoção da competitividade e do crescimento da economia, com a consequente criação de emprego e de valor através de projectos nas áreas de da eficiência energética e das energias renováveis e da promoção da concorrência no quadro do Mercado ibérico da electricidade e do Gás natural, protegendo o mercado nacional dos futuros choques devido à exposição decorrente da grande dependência de importações de petróleo. Os instrumentos de política energética são a definição do quadro legal, a política fiscal e a política de incentivos.

Infelizmente a política energética nacional ao nível desses instrumentos está profundamente desajustada, e a consequência dessa situação conduziu o nosso País a um verdadeiro desastre, como num artigo no Expansion que se junta, tão bem caracterizou um jornalista espanhol a experiência do País irmão, experiência essa que inspirou (mal) a nossa política energética.

A nível do quadro regulatório, ao invés de se promover a concorrência entre formas de energia e no interior de cada tipo de energia, as opções da ENE2020 consolidam o domínio dos grandes operadores monopolistas ou oligopolistas, ao serviço de uma visão de um futuro energético que a realidade não permite de modo nenhum validar, naquilo que se chama em política de desenvolvimento tecnológico por “winner’s picking”. E isto porque um dos principais autores dessa visão é precisamente um dos beneficiários dessa política.

O principal contraste entre os objectivos anunciados na ENE2020 e a realidade encontra-se na política fiscal, enviesada para a promoção da utilização da electricidade e do gás natural, com um tremendo prejuízo para o equilíbrio das contas publicas e para uma alocação eficiente dos recursos.

Numa altura em que o Estado se encontra numa situação de grande dificuldade em lidar com o desequilíbrio orçamental e com o crescente endividamento nacional, em que parte significattiva desse endividamento se deve à factura energética, as opções apontadas mantêm o desequilíbrio estrutural dos sinais apropriados de uma política fiscal adequada a incentivar a eficiência energética, e a cedência à pressão dos operadores a um diagnóstico correcto inserido no Programa do anterior Governo e que não foi levado à prática, tendo caído exactamente nos erros que denunciava, de deixar capturar o poder legislativo e por arrasto o regulador pelos interesses instalados dos grandes operadores oligopolistas.

Exemplificando, a imposição fiscal sobre os produtos energéticos em Portugal está em infracção das Directivas comunitárias aplicáveis, dá o sinal errado ao consumidor incentivando o consumo das energias mais caras e faz perder para as receitas do estado um montante superior a mil milhões de euros anuais.

Para que exista uma sã concorrência entre as várias formas de energia e se assegure uma racional gestão dos recursos, dando os sinais apropriados aos consumidores, seria necessário que a imposição fiscal obedecesse a alguma racionalidade. Ora não é o caso, com um IVA totalmente aplicável aos combustíveis líquidos (sejam renováveis ou não renováveis) e parcialmente aplicável à electricidade (com uma taxa de 5 % em vez de agora 21 % usando uma isenção que terminou no dia 31.12.2009 e assim já em infracção), e parcialmente aplicável ao gás natural para os domésticos e totalmente isento para os industriais.

Este absurdo prejudica os cofres do Estado, distorce a sã concorrência entre combustíveis acaba por ser também um péssimo sinal para dificultar a eficiência energética.

O grande problema da matriz energética nacional é a sua enorme dependência do exterior – 83 % - nomeadamente do petróleo – 55 % - responsável pelo grosso da factura energética e pela exposição no futuro à volatilidade das cotações dessa matéria-prima. O petróleo destina-se fundamentalmente ao sector dos transportes, para o qual há que descobrir alternativas, ambiental e economicamente sustentáveis.

No caso da electricidade trata-se sobretudo de evitar a exposição à volatilidade das cotações dos seus principais inputs – carvão e gás natural – que são arrastados pelo preço director do crude, e sobretudo, de assegurar á nossa industria exportadora e aos consumidores em geral uma base eléctrica competitiva em preço, abundante em quantidade, segura nas flutuações de frequência e sustentável no seu impacto ambiental. Como veremos adiante isso não é possível com a actual política.

Com o estado actual e a evolução previsível do desenvolvimento tecnológico a médio prazo, é possível afirmar com segurança que não existem outras alternativas à utilização dos produtos derivados do petróleo senão com os biocombustíveis – biodiesel (FAME) para substituição do gasóleo e bioetanol para substituição da gasolina – sendo que o consumo em Portugal como no resto da União Europeia é essencialmente de gasóleo. Sendo o País importador de gasóleo como produto acabado e exportador de gasolinas, pela desadequação do aparelho refinador às necessidades do mercado, isso agrava a nossa balança comercial na importação de destilados de petróleo – para além da importação do crude – e alivia-a pela exportação das gasolinas.

Por essa razão a primeira prioridade para permitir que o mercado funcione na sua função de facilitar uma alocação de recursos eficiente dando os sinais apropriados para um comportamento de maior eficiência energética, será de restabelecer a equidade fiscal entre formas de energia, antecipando-nos a um processo de infracção às Directiva 2003/96 e 2001/41, contribuindo em acréscimo para resolver o problema do reequilíbrio das contas publicas. Para além da taxa do IVA existem igualmente os impostos específicos aplicáveis à electricidade e ao gás natural.

## Taxation of Energy Products

	EXCISES IN € PER 1 000 LITRES			VAT RATES		
	Euro Super 95	Automotive gas oil	Heating gas oil (**)	Standard rate	Electricity (**)	Natural gas
BE	614	368	18	21%	21%	21%
BG	350	307	307	20%	20%	20%
CZ	483	406	406	19%	19%	19%
DK	557	380	290	25%	25%	25%
DE	670	486	76	19%	19%	19%
EE	398	370	67	20%	20%	20%
IE	509	409	47	21.5%	13.5%	13.5%
EL	410	302	302	19%	9%	9%
ES	425	331	85	16%	16%	16%
FR	607	428	57	19.6%	19.6%	19.6%
IT	564	423	403	20%	20%	10%
CY	299	245	125	15%	15%	15%
LV	379	330	21	21%	21%	21%
LT	443	330	21	21%	19%	19%
LU	462	305	0	15%	6%	6%
HU	451	375	375	25%	25%	25%
MT	459	352	97	18%	18%	18%
NL	701	413	78	19%	19%	19%
AT	442	347	98	20%	20%	20%
PL	488	339	69	22%	22%	22%
PT	583	364	176	20%	5%	5%
RO	336	284	284	19%	19%	19%
SI	462	433	95	20%	20%	20%
SK	515	481	226	19%	19%	19%
FI	627	391	87	22%	22%	22%
SE	393	446	391	25%	25%	25%
UK	684	684	132	15%	5%	5%
EU min (*)	359	302	21	15%	15%	15%

Notes: (\*) Council Directives 2003/96/EC for excises, 2001/41/EC for VAT.

(\*\*) Non-business use.

Source: Commission services, July 2009

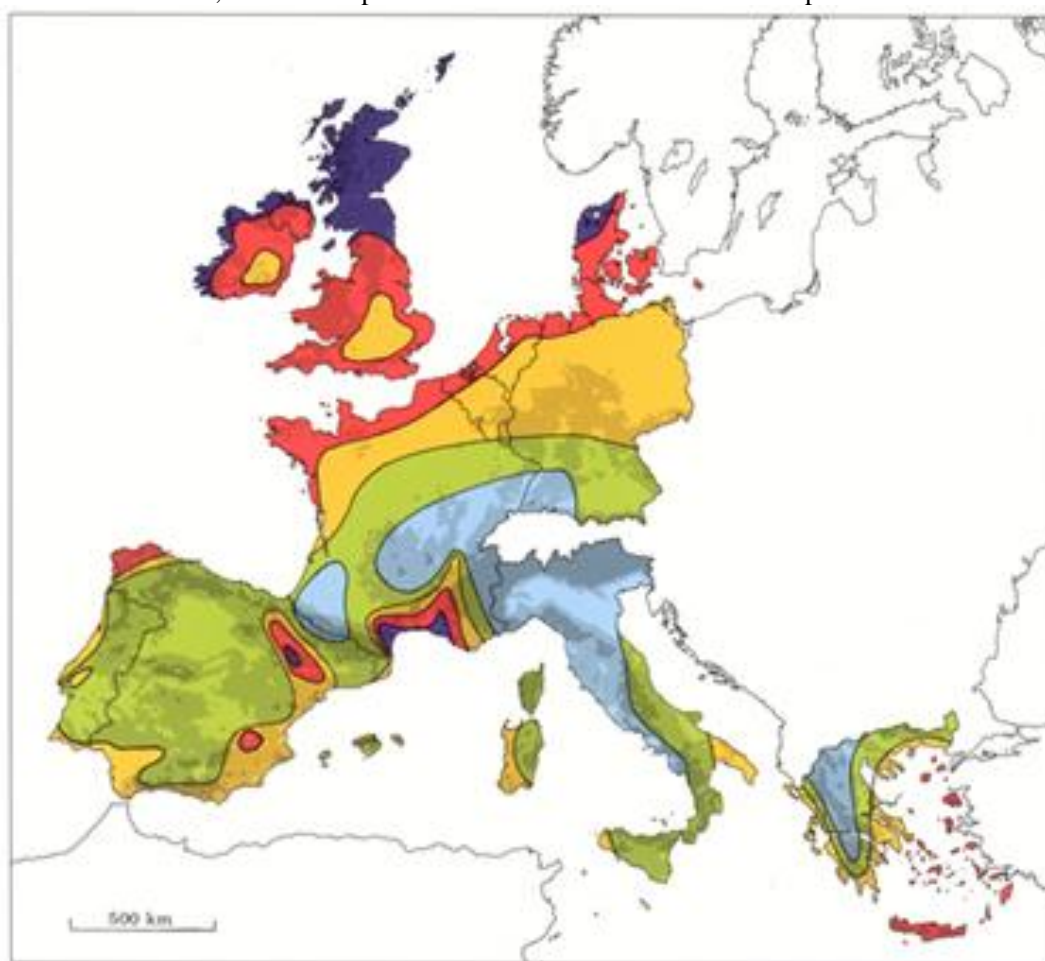
A importância dessa questão vê-se pelas suas consequências:

- A utilização de gás natural, energia fóssil importada, está isenta de qualquer imposto específico e do IVA para os consumidores industriais e beneficia de um IVA reduzido para os industriais, enquanto que o biodiesel fabricado com resíduos de óleos usados ou com matérias-primas nacionais paga o IVA na sua taxa normal, e não está ainda claro se estará sujeito ou não ao ISP.
- Ora o ISP é um imposto específico que se aplicou aos produtos derivados de petróleos, após os dois choques petrolíferos dos anos 70, com o objectivo claro de desincentivar a utilização do petróleo e dos seus derivados, e suscitar alternativas.
- Nesse sentido é incompreensível que o ISP se aplique aos biocombustíveis, que são exactamente essa alternativa, com uma redução drástica de emissões – da ordem dos 70 % em ciclo de vida completo – e uma clara melhoria da segurança de abastecimento, quer pela possibilidade de cultivos endógenos (com as vantagens associadas de criação de emprego e valor local) ou da importação de fontes estáveis e de Países amigos, como os PALOP's.

**“Eixo 2 — A ENE 2020 aposta nas energias renováveis promovendo o desenvolvimento de uma fileira industrial indutora do crescimento económico e do emprego, que permita atingir as metas nacionais de produção de energia renovável, intensificando a diversificação das energias renováveis no conjunto das fontes de energias que abastecem o País (mix energético). Desta forma, é possível reduzir a nossa dependência externa e aumentando a segurança de abastecimento.”**

**Comentário:** A aposta nas energias renováveis, tal como surge na ENE2020 e no Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis, é uma aposta de grande risco face às circunstâncias específicas do País, ao estado de desenvolvimento das várias tecnologias existentes actualmente e do nível já elevado de incorporação de energias renováveis na geração eléctrica.

Por outro lado, Portugal privilegiou a energia eólica, por ser aquela que está mais próximo da viabilidade comercial, mas não dispõe de um bom recurso em termos europeus.



Wind resources <sup>1</sup> at 50 metres above ground level for five different topographic conditions									
Sheltered terrain <sup>2</sup>		Open plain <sup>3</sup>		At a sea coast <sup>4</sup>		Open sea <sup>5</sup>		Hills and ridges <sup>6</sup>	
$m s^{-1}$	$Wm^{-2}$	$m s^{-1}$	$Wm^{-2}$	$m s^{-1}$	$Wm^{-2}$	$m s^{-1}$	$Wm^{-2}$	$m s^{-1}$	$Wm^{-2}$
> 6.0	> 250	> 7.5	> 500	> 8.5	> 700	> 9.0	> 800	> 11.5	> 1800
5.0-6.0	150-250	6.5-7.5	300-500	7.0-8.5	400-700	8.0-9.0	600-800	10.0-11.5	1200-1800
4.5-5.0	100-150	5.5-6.5	200-300	6.0-7.0	250-400	7.0-8.0	400-600	8.5-10.0	700-1200
3.5-4.5	50-100	4.5-5.5	100-200	5.0-6.0	150-250	5.5-7.0	200-400	7.0- 8.5	400- 700
< 3.5	< 50	< 4.5	< 100	< 5.0	< 150	< 5.5	< 200	< 7.0	< 400

O maior problema para incorporar elevados níveis de energia eléctrica renovável numa rede eléctrica tem a ver com a sua intermitência e não- controlabilidade. As energias renováveis, atendendo à sua fraca densidade energética e intermitência, obrigam à existência de uma elevada potência, ou capacidade instalada, para assegurar um nível significativo de energia efectivamente gerada. Para exemplificar, o ano tem 8760 horas, e desse tempo a energia eólica em Portugal consegue gerar energia em média em cerca de 2 253 horas, havendo que encontrar uma solução para as 6 500 horas

remanescentes. A energia hídrica produz em 2 468 horas, ficando por resolver 6 200 horas e a solar fotovoltaica consegue apenas 1268 horas ficando por resolver 7 500 horas.

Por essa razão são caras e para uma dada participação de energia efectivamente gerada de energia eólica terá que ter uma potência instalada 4 vezes superior. Hoje a potência instalada eólica é de 3650 MW, pelo que multiplicada pelas horas de disponibilidade anual média de 2 253 horas dá uma injeção na rede de 8, 2 TWh, isto é cerca de 17 % do actual consumo. Com os 20 % entretanto já autorizados de sobreequipamento, a potência eólica já ultrapassará a potência de vazão de cerca de 4000 MW. Ora quando há vento, ele mobiliza a totalidade da capacidade instalada, ultrapassando com a hídrica de fio de água essa potência de vazão, isto é a procura existente nessas horas. As consequências desse facto são multiplas e muito negativas:

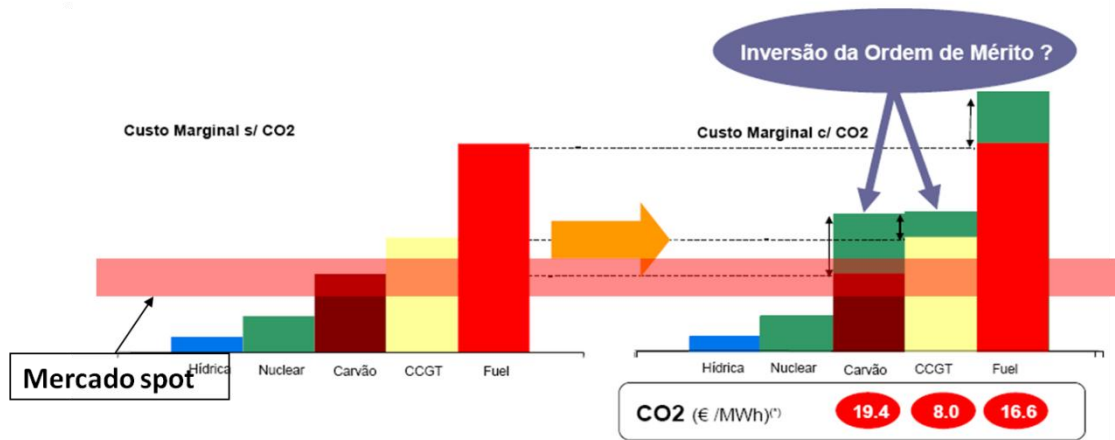
1. Quando ocorre vento em Portugal, ocorre normalmente em Espanha, pelo que o mercado fica sobrealimentado, e os preços descem até se situarem com frequência nulos. A consequência é que electricidade paga a 92 €/MWh é exportada a 0 €.
2. De qualquer modo quando não existe vento, nas 6 500 horas remanescentes do ano, haverá que existir potência termoeléctrica de reserva (Back-up) em espera para acudir à rede nesses momentos.
3. Por ultimo, o excesso de eólica com o programa já aprovado de instalação em Portugal, obriga necessariamente à sua armazenagem, que apenas se pode fazer em barragens com turbinas reversíveis, senão toda essa energia seria desperdiçada. Esse processo é altamente ineficiente – com cerca de 25 % de perdas – obriga a instalar redes de transporte de energia entre os locais ermos onde existe recurso eólico e os locais onde existem condições para armazenar água.
4. As barragens reversíveis previstas serão construídas sobretudo para resolver o problema da intermitência eólica, não tendo caudal próprio para gerar nova energia; a energia gerada pelo caudal existente é absorvido pelas perdas do sistema. Isso significa que os MWh que essas barragens irão turbinar terão que ser suficientes para amortizar a construção da barragem – com um custo típico de uns 90 €/MWh – e adicionados ao custo da energia armazenada (75-97 €/MWh da eólica) para que o investimento faça sentido. Estamos pois a falar em cerca de uns 160 €/MWh o valor da energia turbinada para equilibrar os custos do investimento na perspectiva hídrica+eólica.
5. No entanto quando existem condições climáticas para que haja vento, existem com frequência igualmente condições para que chova, pelo que pode acontecer o que se passou nos últimos seis meses do actual ano com pluviosidade e eolicidade acima do normal: com excesso de chuva as barragens atingem a sua cota de segurança e têm que descarregar o excesso de água, desperdiçando assim a energia dispendiosamente armazenada, ou não permitindo que a bombagem se faça.
6. De acordo com os planos anunciados estão previstos cerca de 13 mil milhões de investimento neste plano mirabolante, que permitirá assegurar apenas mais 20 % de energia renovável. Ora com esse montante de investimento os Emiratos Arabes Unidos adquiriram no inicio deste ano 4 reactores nucleares aos Coreanos da KEPCO, cujo primeiro estará pronto em 2017, que vão gerar 45 TWh por ano a um custo de 30 USD/MWh durante 60 anos, isto é quase a totalidade do nosso consumo actual.

Os custos da geração eléctrica, que serão comoditizados à medida que o mercado interno europeu de energia avança, terão que ser competitivos com a geração existente nos Países com quem competimos comercialmente. Analizando apenas o caso do mercado ibérico, verifica-se que Portugal não é competitivo na base, e que as formas de geração previstas irão agravar ainda mais essa falta de competitividade.

É de realçar que já hoje, quer Portugal, quer sobretudo Espanha, acumularam importantes défices tarifários, que por um lado mostram a impossibilidade de competirem com os seus concorrentes da

União Europeia – os défices devem-se à necessidade de manter a paridade possível com os outros Países limítrofes – e funcionam como uma nova desvantagem ao sobrecarregar as contas de cada novo ano com o serviço dessa dívida acumulada no passado.

### Importância do Carbono para a EDP

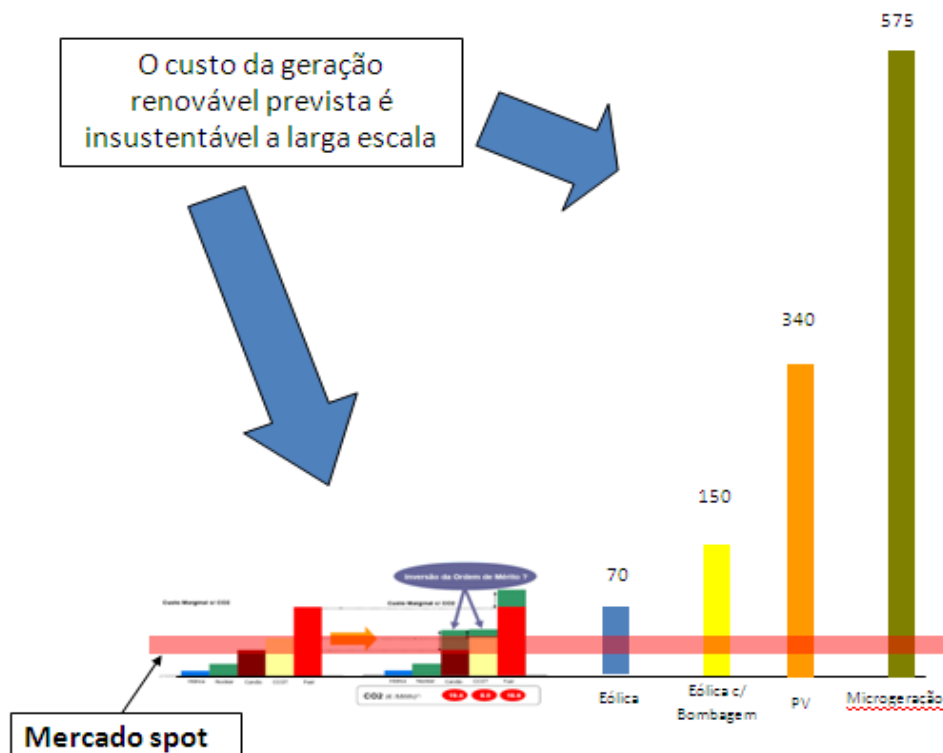


Os actuais preços "forward" do carvão, do Brent e do CO2, apontam para um **provável inversão da ordem de mérito entre o carvão e o gás já em 2008**, o que a ocorrer tem implicações para a EDP (sobretudo para a HC) e constitui uma situação inédita no sector

Fonte: Valores calculados com base nos preços "forward" respectivos à data de 9 Out. 2007

Este retrato do custo das várias formas de geração existentes no mercado ibérico, contrastam com os custos das novas formas de geração renovável prevista, como se pode ver no quadro seguinte mantendo a mesma escala, e a faixa de valores de referência do mercado europeu (valores em €/MWh) na parte esquerda do diagrama.

### Custos das novas formas de geração previstas

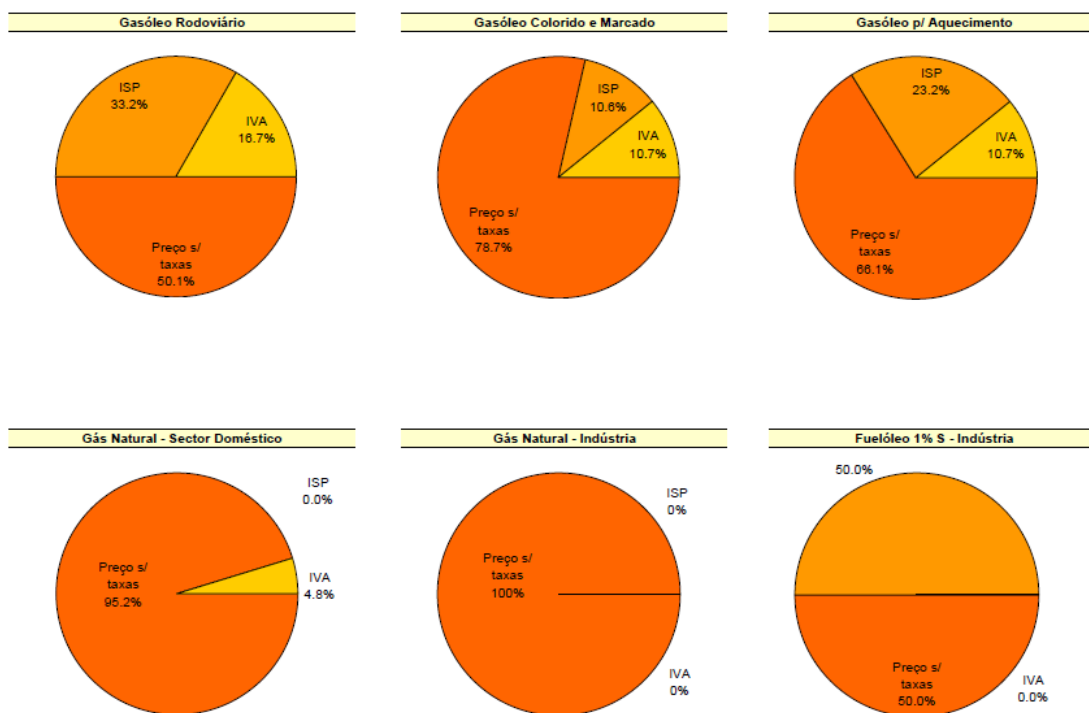


*“Eixo 3 — A ENE 2020 promove a eficiência energética consolidando o objectivo de redução de 20 % do consumo de energia final em 2020, através da aposta em medidas comportamentais e fiscais, assim como em projectos inovadores, designadamente os veículos eléctricos e as redes inteligentes, a produção descentralizada de base renovável e a optimização dos modelos de iluminação pública e de gestão energética dos edifícios públicos, residenciais e de serviços.”*

**Comentário:** Também o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética enferma de um defeito de concepção, não permitindo de facto captar o potencial significativo de economias existentes, a não ser a custo de uma intervenção custosa e burocrática de incentivos financeiros, quando a eficiência energética, devidamente implementada, não carece de qualquer investimento, pelo contrário dá origem à criação de valor e tem um custo negativo. A questão é que não tendo separado o controlo da rede de distribuição do interesse do incumbente, não existem de facto incentivos por parte deste em diminuir o volume do produto que é a sua razão de ser: a produção e comercialização de kWh, e de preferência em regime de oligopólio ou monopólio.

No que respeita ao carro eléctrico será útil voltar a analisar a questão da comparação dos custos das várias formas de energia reduzidas a unidades equivalentes, de modo a permitir elaborar sobre a sua competitividade relativa das várias opções em cima da mesa com a presente estratégia:

	Consumidor doméstico	Consumidor industrial
1 GJ de Gás Natural custa	18 € (tem IVA de 5%)	9 € (isento de IVA)
1 GJ de Electricidade	42 € (tem IVA de 5%)	25 € (tem IVA de 5%)
1 GJ de Gasóleo rodoviário	28 € (100% de taxas*)	
1 GJ de Biodiesel	[20 € (IVA 21 % s/ ISP) ou 34 € (IVA 21% c/ISP)]	



Por outro lado é importante saber que existe um potencial importante de produção sustentável de matérias-primas nacionais para os bio-combustíveis, que iriam assim substituir directamente importações de petróleo e derivados de petróleo, com a mobilização de uma agricultura sem alternativas culturais e uma rede de infraestruturas subutilizadas, como o sistema de regadio do Alqueva ou o conjunto de silos de armazenamento da antiga EPAC.

O outro aspecto muito relevante nesta questão tem a ver com as emissões associadas às várias formas de motorização, em que o Biodiesel puro sai de longe como a melhor alternativa. De salientar que todas as grandes marcas de veículos de carga podem hoje usar B100.



## Análise de Ciclo de Vida (CO<sub>2</sub>)

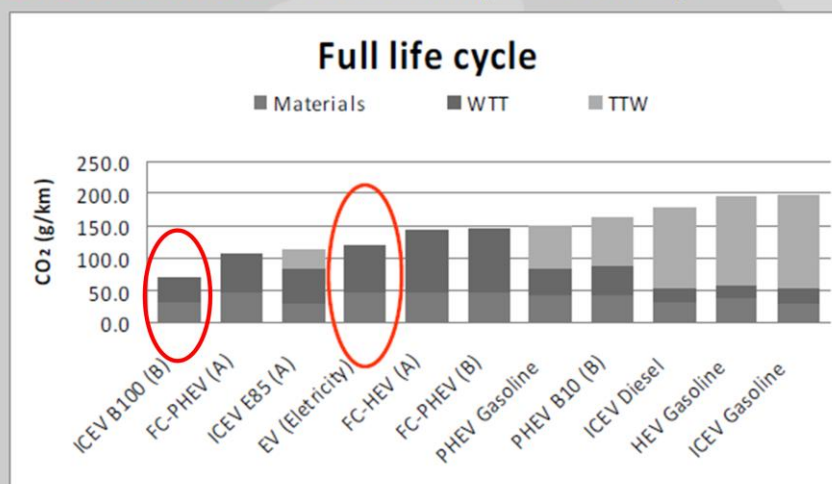


INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO  
Universidade Técnica de Lisboa

### • Comparação baseada em veículos com:

- Potência/Massa ~ 55 W/kg;
- 0-100km/h ~ 10s

### • Vida total do veículo: 150 000 km (10-15 Anos)



Isto não quer dizer que as demonstrações com o carro eléctrico não se devam manter e Portugal posicionar-se bem nesse eventual futuro mercado. Mas essa visão é muito mais empurrada pelos geradores de energias renováveis eléctricas intermitentes, vendo o carro eléctrico como uma possível solução para combater a essa volatilidade do que uma evolução natural por vantagem de mercado.

A Califórnia ainda está cheia de locais de carregamento de carros eléctricos obsoletos e nunca utilizados, quando há 20 anos a General Motors tentou vulgarizar o EV-1 sem sucesso. Haverá pois que avançar com prudência de modo a evitar-se um possível elefante branco no caso do mercado se orientar por outras soluções menos dispendiosas.

Retornando à eficiência energética, e sabendo que o carro eléctrico está ligado ao projecto da mobilidade eléctrica e às chamadas redes inteligentes num conjunto dificilmente indissociável, julgo existir um risco de que essa iniciativa se destina a consolidar o domínio de mercado do incumbente de modo a atrasar a implementação das fases já disponíveis dos prontos para o mercado, como os contadores inteligentes multi-utilidade.

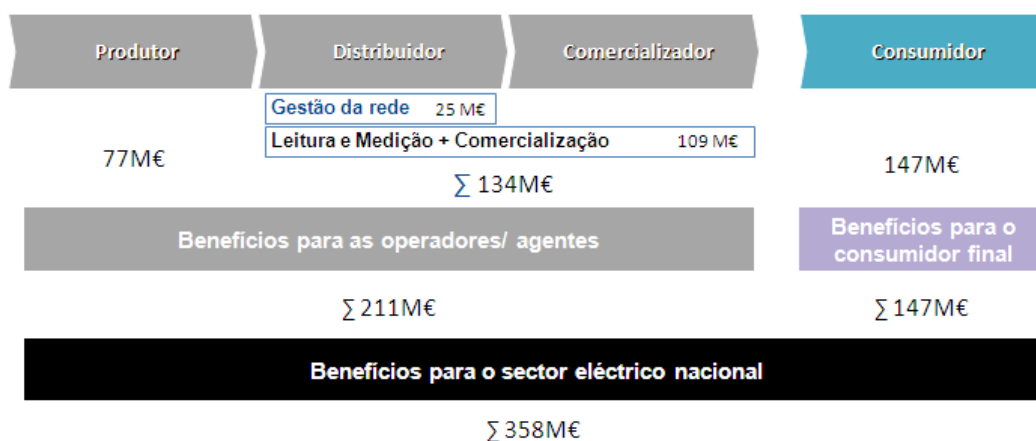
Apenas a separação estrutural (ownership unbundling) nas redes de distribuição, ou na interface entre o comercializador e o consumidor (last mile ou local loop) permite assegurar que o comercializador não disponha de um poder de mercado excessivo capaz de impedir a entrada de novos actores no mercado e a multiplicidade e liberdade de escolha dos consumidores. Essa é a situação efectiva do consumidor doméstico em Portugal. O Governo anterior preparou a legislação de forma apropriada, criando a figura de Operador Logístico de Mudança de Comercializador, com a exigência de independência dos restantes actores do mercado, mas nunca o regulamentou, por pressão do incumbente.

Com essa medida estrutural implementada e a disseminação de contadores inteligentes – como hoje previsto no terceiro pacote relativo ao mercado interno da energia, possibilitando assim dar uma informação correcta, em tempo real e inteligente aos milhões dos consumidores, os verdadeiros actores da eficiência energética, poder-se-á então promover de forma dinâmica e auto-sustentada e propulsada a verdadeira eficiência energética e uma maior transparência do funcionamento do mercado.



Essa medida, para além de dar uma vantagem decisiva à indústria nacional, permitiria captar desde logo a poupança directa de cerca de 400 milhões de euros anual, segundo a análise da CapGemini, ou da poupança indirecta de 2,2 mil milhões segundo o estudo da APDC Smart Portugal 2020.

### Benefícios do Smart Metering na cadeia de valor do sector eléctrico (valores médios anuais durante 20 anos de vida útil do projecto)



Os benefícios tangíveis da implementação do smart metering, estimam-se em uma média de 400 milhões de euros/ ano, durante os 20 anos de vida útil do projecto de implementação de smart metering.

Fonte: Análise Capgemini; Business case de implementação do smart metering em Portugal

A terminar é de realçar a iniciativa legislativa deste Parlamento em lançar a obrigação da comunicação por parte da Administração Pública dos seus consumos, e desejavelmente de adoptar medidas para a sua redução drástica.

**“Eixo 4 — A ENE 2020 tem por objectivo garantir a segurança de abastecimento através da manutenção da política de diversificação do mix energético, do ponto de vista das fontes e das origens do abastecimento, e do reforço das infra-estruturas de transporte e de armazenamento que permitam a consolidação do mercado ibérico em consonância com as orientações da política energética europeia.”**

**Comentário:** De acordo com os comentários feitos nos pontos precedentes, nem a política fiscal em vigor para os produtos energéticos nem o quadro regulatório aplicável às infraestruturas de distribuição e armazenamento asseguram o desejável objectivo de melhoria da segurança de abastecimento, quer na sua diversificação, quer na protecção em relação às flutuações previsíveis dos preços e dos volumes disponíveis das matérias-primas importadas.

Essa falha deve-se precisamente ao facto de não se ter ainda prosseguido com a separação estrutural de propriedade (ownership unbundling) para a rede de distribuição, à imagem do que se fez com grande sucesso para a rede de transporte com a criação da REN, nem à rápida disseminação dos contadores inteligentes, área em que Portugal poderia ter liderado com a promoção de tecnologia nacional, e que a pressão do incumbente tem vindo a atrazar. Esta disseminação, que se transformou igualmente num requisito comunitário, dever-se-á efectuar sem subsídios públicos nem sobrecusto para os consumidores.

Finalmente não deverá haver limitações ideológicas das opções de energia primária disponíveis, sobretudo em relação à energia nuclear em que o País possui reservas próprias de urânio, uma vez que esta é hoje a forma de geração eléctrica mais competitiva existente actualmente e aquela que está a receber a preferência da generalidade dos Países mais avançados e mais competitivos.

A Assembleia de Republica poderia organizar este debate, em conjunto com todas as outras alternativas, ponderando as vantagens e inconvenientes de cada uma e a sua eventual complementariedade, correspondendo aliás a manifestações publicas nesse sentido por parte dos Senhores Presidente da Republica, da Assembleia da Republica e do anterior Governador do Banco de Portugal.

***“Eixo 5 — A ENE 2020 promove a sustentabilidade económica e ambiental como condição fundamental para o sucesso da política energética, recorrendo a instrumentos da política fiscal, parte das verbas geradas no sector da energia pelo comércio de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> e a outras receitas geradas pelo sector das renováveis, para a criação de um fundo de equilíbrio tarifário que permita continuar o processo de crescimento das energias renováveis.”***

**Comentário:** Tal como já referido a actual política energética, com a sua componente fiscal, não permite atingir os objectivos anunciados, pelo contrário, agravam as dificuldades da economia nacional.

O prosseguimento desta politica não tem qualquer sustentabilidade física, nem económica, como se está a verificar com a experiência espanhola.

Estão em curso no Mundo mudanças fundamentais, ao qual o recente acidente da plataforma de exploração de alta profundidade Horizon da BP não deixará de deixar marcas.

Foi lançado um importante cluster nacional de energias renováveis. É essencial que se evite o que está a ser a devastação do sector em Espanha pela verificação tardia do erro da politica seguida, com a retirada retroactiva dos subsidios concedidos (ver artigo anexo). Um erro em cima de outro erro. Será absolutamente essencial que se pare para refazer um Plano Indicativo Energético Nacional, que pondera as vantagens e inconvenientes das várias opções existentes e evite a politica do facto consumado e do politicamente correcto, sem análise do seu impacto económico e ambiental real, que está a conduzir de forma acelerada à ruina da competitividade nacional.

**Conclusões:** A ENE 2020 não tem viabilidade física nem económica, devido a questões ligadas à gestão técnica das redes eléctricas, apesar do voluntarismo e da ambição em nos colocar à frente da denominada revolução energética.

A visão imbuída dessa revolução, expressa nesta estratégia, tem um risco muito elevado de não se vir a confirmar, atendendo ao estado da arte das várias tecnologias, bem como às experiências já havidas no passado nestas áreas e ao condicionamento ideológico que a caracteriza.

Uma questão prévia tem a ver com o profundo desequilibrio e irracionalidade da politica fiscal aplicada ao sector, dando os sinais errados aos seus agentes e contribuindo para uma alocação deficiente dos recursos.

Uma segunda questão tem a ver com o quadro regulatório que mantém o domínio oligopolista dos incumbentes sobre os respectivos sectores e sobre os consumidores, impedindo uma slutar concorrência entre combustíveis e netre operadores.

A terceira questão tem a ver com uma atitude perigosa por parte da administração de “winner’s picking” previligiando uma determinada visão não calibrada pelo mercado, com o elevado risco de erro que sempre acompanha este tipo de tentação por parte dos Governos mais intervencionistas.

*Pedro Miguel de Sampaio Nunes*

Director de Tecnologias de Energia da Comissão Europeia ( 1992- 2000)

Director das Energias Convencionais da Comissão Europeia (2000-2003)

Secretário de Estado da Ciência e Inovação (2004-2005)

Maitre de Conferences da ENA – École Nationale d’Administration – Paris e Estrasburgo

Empresário e consultor de energia

**Anexo:**

## **El desastre eléctrico**

Resumen de Prensa

Energía, jueves, 17 junio 2010

**FUENTE:** Por Pedro Schwartz en Expansión

Pedro Schwartz escribe en Expansión:

Incluso el ministro de Industria de este Gobierno que padecemos los españoles sabe que el sistema eléctrico español no es sostenible en su actual configuración: para decirlo más claro, si no se pone remedio, el sistema va camino de la quiebra financiera. Dos son las causas que nos han puesto en situación tan peligrosa para nuestro continuado progreso económico: una combinación ineficiente de fuentes de energía y técnicas de producción; y el desajuste entre los costes y los precios de la electricidad. Ambas tienen su causa y origen en decisiones políticas equivocadas: las autoridades se han permitido decidir qué combinación de energías es políticamente correcta y, al mismo tiempo, han querido evitar que su decisión se reflejara en el encarecimiento del precio de la electricidad. Esta contradicción fundamental es la que habría que corregir.

### **Encarecimiento**

Si el Gobierno sigue rechazando la energía nuclear o se empeña en seguir imponiendo el carbón leonés, al tiempo que prima la energía verde, entonces tendrá que aceptar que la electricidad se encarezca notablemente. Los intentos de huir de ese dilema interviniendo desordenadamente en el mercado eléctrico son los que han puesto al sector al borde de la quiebra. Las reformas son, pues, ineludibles, pero llegarán con retraso si es que llegan, y en todo caso, serán muy costosas.

La razón fundamental por la que la reforma del sector eléctrico resulta tan cuesta arriba para los gobiernos es que la producción y el transporte de la electricidad exigen inversiones muy cuantiosas, que las instalaciones resultantes tardan mucho en ponerse a producir y que tienen una larga vida útil. Todo ello lleva a que el negocio se concentre en grandes y poderosas empresas, que necesitan poder planear a largo plazo para que la multitud de clientes a los que sirven gocen de un suministro seguro y a precios razonables.

Cualquier cambio de política energética tiene consecuencias multimillonarias que se prolongan en el tiempo y que afectan al bolsillo y bienestar de muchos votantes. De todo esto se deduce que el marco legal en el que se desenvuelven oferentes y demandantes de electricidad debe ser lo más estable que se pueda. Acepto que en este sector no resulte fácil dejar que la oferta y la demanda fijen libremente los precios, para así guiar a inversores y consumidores. La tendencia natural al oligopolio de los mercados eléctricos se refuerza en el caso del español porque los franceses nos aíslan dificultando la conexión a través de los Pirineos.

De aquí que sea defendible un control de posiciones de dominio, que podrían ser lesivas para empresas y familias. Pero ello no justifica que no se quiera reflejar en el precio el coste de producir electricidad verde o de utilizar carbón leonés contaminante y caro, o de subvencionar el kilowatio para determinadas producciones industriales.

### **Déficit tarifario**

Un primer motivo de preocupación es el siguiente. La resistencia ya antigua a subir los precios de la electricidad para el consumidor ha dado lugar a pérdidas cuantiosas y continuadas para las empresas eléctricas. Para corregir esta situación, el Gobierno pretende hacer un juego de manos verdaderamente hábil. Al día de hoy, ese déficit tarifario alcanza los 17.000 millones de euros. Repito: 17.000 millones de euros. Sin embargo, el Estado no quiere reconocer esa suma como un déficit público, pues contaría negativamente a los efectos del Pacto de Estabilidad y Crecimiento de la moneda única. Se trata de conseguir que esa suma sea algo que las empresas puedan contabilizar como un ingreso sin que el Estado tenga que confesar la deuda. Con este fin, el Gobierno ha prometido a las empresas

eléctricas que les ayudará a colocar en el mercado unos bonos por cuantía equivalente al déficit tarifario. Como tales bonos tendrán que amortizarse en algún momento, el Gobierno se ha comprometido a enjugar a lo largo de 15 años esos miles de millones con créditos de los Presupuestos Generales del Estado. Claro está que, para que esta operación no se vaya de las manos, es necesario que el déficit tarifario no siga aumentando (demasiado).

Eso exige que el Gobierno se decida a ir elevando poco a poco el precio del kilowatio a los consumidores finales: ha dicho que lo hará de tal manera que las pérdidas sean sólo de 3.000 millones este año, 2.000 en el que viene y 1.000 en 2013. Un cuento de hadas, visto que en el primer trimestre de 2010 las pérdidas ya han alcanzado los 852,9 millones (multipliquen por cuatro, multipliquen).

Otro peligro para las finanzas del Estado y de las eléctricas nace de las subvenciones a la producción de energías verdes. La política contra el cambio climático no se hará manteniendo o ampliando la producción de energía nuclear, porque los verdes y el presidente del Gobierno le tienen manía, sino con energías verdes.

La carestía de estas nuevas fuentes aumenta porque la Administración ha animado a las empresas eléctricas a instalar centrales de ciclo combinado, que se pueden arrancar y parar sin coste excesivo.

Como la energía solar y la eólica son inconstantes, esto plantea otro dilema: en años de mucho viento y mucho sol, las centrales de ciclo combinado sufren unas pérdidas que el Estado en justicia debería compensar a las compañías; en años de abundante energía alternativa, el monto de las subvenciones se dispara.

Sea como fuere, el Gobierno calcula que todo esto le costará al menos 126.000 millones de euros a lo largo de los próximos veinticinco años. Esta cifra tampoco se incluye en la suma de la deuda pública confesada por el Estado español a sus compañeros de la Unión Europea.

### **Recorte de subvenciones**

Alarmado, el ministro de Industria ha decidido repentinamente que la subvención incluida en el precio que las productoras de energía por placas solares podrán cobrar al sistema se va a reducir drásticamente, aunque mantiene el plazo de veinte años durante los que se podrá cobrar la subvención. Ciertamente ha habido mucha gramática parda en lo de las placas solares -incluso producción de energía 'solar' con motores diesel durante la noche. Pero este cambio supone un incumplimiento del contrato virtual que los inversores acordaron con la Administración.

Al igual que la imposición del déficit tarifario para que las empresas lo incluyan a la fuerza como un activo en su balance, estos incumplimientos soberanos ensombrecen aún más la fama de España en los mercados financieros.